

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

ACCESS
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

GUAPIMIRIM-RJ

CONHECIMENTOS GERAIS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática Básica
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





GUAPIMIRIM-RJ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUAPIMIRIM - RIO DE JANEIRO**

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

CÓD: OP-172JL-26
7908403599875

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática Básica.....	91
3. Legislação.....	117
4. Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada	133

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (Instituto ACCESS - 2024)

Assinale a alternativa que apresenta a forma correta da palavra destacada, de acordo com as regras de ortografia da língua portuguesa na frase a seguir. “Para completar a inscrição, você deve preencher todos os campos obrigatórios marcados com um no formulário”.

- (A) asterisco
- (B) asterísco
- (C) asterístico
- (D) asteristico

2. (Instituto ACCESS - 2023)

Computador em sala de aula está emburrecendo as crianças?

Computadores e tablets se tornaram uma parte importante do ensino dentro da sala de aula. Segundo dados da ONU, 46,7% das turmas de ensino básico (até o quarto ano) em todo o mundo têm acesso a computadores. Na União Europeia (UE), esse índice é o dobro: chega a 98%.

Apesar do uso já difundido dessa tecnologia nas escolas, nem todos os especialistas em educação compartilham da opinião de que computadores dentro da sala de aula resultam em vantagens. Ralf Lankau, professor de teoria da comunicação da Escola Superior de Offenbach, afirma: “Tablets e notebooks não tornam as crianças mais espertas, e sim mais burras.”

Lankau se refere às crianças de até dez anos. Ele está entre os 40 pesquisadores que iniciaram uma petição por meio da Gesellschaft für Bildung und Wissen (sociedade para a educação e conhecimento), com o objetivo de levar a público a preocupação sobre o efeito das tecnologias digitais no desenvolvimento de crianças.

Eles exigem o adiamento da digitalização nas escolas primárias e creches alemãs para crianças entre 4 e 11 anos.

“Não queremos a proibição da digitalização. Queremos mais responsabilidade com a sala de aula”, diz Lankau à DW. “Precisamos nos perguntar: qual o objetivo de aprendizado que temos e como podemos usar mídias digitais e analógicas para nos ajudar a alcançar esse objetivo? E não: qual a nova tecnologia e como podemos usá-la na escola?”

A petição chega no momento em que escolas alemãs são criticadas pelo atraso na digitalização.

Lankau e os outros pesquisadores, porém, querem que o Ministério de Educação alemão repense esse processo. Segundo ele, o sistema escolar alemão não se concentra o suficiente nas demandas individuais de aprendizado e nos benefícios educacionais da socialização em sala de aula.

“Instituições de ensino devem se concentrar em como desenvolver indivíduos com seus próprios interesses e talentos e, ao mesmo tempo, torná-los parte da sociedade”, diz Lankau.

Na opinião do pesquisador, o problema principal é que, há 40 anos, a tecnologia de informação e as associações comerciais determinam o que acontece na escola, enquanto, na verdade, deveríamos nos perguntar: o que precisamos localmente na escola, em termos de recursos humanos e até de tecnologias de mídia?

A iniciativa causou pouca simpatia por parte de outros pesquisadores. Maria Hatzigianni, especialista em educação infantil e tecnologias digitais na Universidade da Ática Ocidental, na Grécia, considera a opinião de Lankau uma velha tendência “tecnofóbica”.

“As pessoas fazem críticas sobre os computadores desde 1990. Toda vez que uma nova tecnologia chega ao mercado, elas entram em pânico. Sócrates já dizia há quase

2.500 anos que anotar as coisas nos torna esquecidos”, afirma Hatzigianni à DW.

Mas quão nocivo é realmente o uso do computador para crianças? É mais um caso em que adultos querem dizer às crianças o que elas devem fazer, como se afastar das telas, ou é uma preocupação com fundamento?

Segundo Prakash Ranganathan, diretor do Centro de Pesquisa de Segurança Cibernética da Universidade de Dakota do Norte, nos Estados Unidos, os resultados científicos sobre o impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento das crianças são diversos.

AMOSTRA

“Há algumas evidências de impacto no desenvolvimento cognitivo. Depois de muito tempo de uso de tela, perdemos capacidade de concentração. Isso pode nos levar a uma experiência passiva de aprendizado e que pode impedir o pensamento crítico e a aptidão em resolver problemas. Mas ainda não está claro se esse efeito negativo em potencial é de curto ou longo prazo”, explica Ranganathan.

Alguns estudos apontam que o uso excessivo do computador afeta a saúde por causa do sedentarismo, podendo levar à obesidade, a distúrbios do sono e à ansiedade.

Muitas dessas preocupações estão vinculadas ao medo do impacto da internet e das mídias sociais em crianças e jovens. Ranganathan, entretanto, pondera que é preciso mais estudos para reconhecer essas conexões.

De acordo com Ranganathan, há também muitos aspectos positivos no uso dessas tecnologias. Tanto ele quanto Hatzigianni apontam para os resultados de pesquisas que indicam que o uso delas em um contexto de ensino tem ganhos no desenvolvimento da leitura, da escrita, das habilidades de cálculos e manuais e da memória visual-espacial.

Estudos descobriram que o uso de tecnologias digitais interativas pelas crianças melhora a aquisição da linguagem, a função executiva (a capacidade de concentração e realização de tarefas) e a memória.

“Existe a robótica, a linguagem de programação, o aprendizado de idiomas, a alfabetização e a matemática. A tecnologia é uma ferramenta que facilita o acesso à informação e nos ajuda a sermos criativos. Isso ajuda imensamente na metacognição”, diz Hatzigianni.

Metacognição é o conhecimento que um indivíduo tem acerca dos próprios processos cognitivos (por exemplo, pensamentos, opiniões, atitudes, atenção e criatividade). Hatzigianni trabalhou em conjunto com o governo grego para desenvolver aplicativos de aprendizagem para crianças de 4 a 6 anos.

Para ela, o trabalho foi bem-sucedido porque, no processo de criação da plataforma, todos foram envolvidos: crianças, professores e pais. Segundo Hatzigianni, a pergunta certa seria: como podemos melhorar o aprendizado e a aula, usando a tecnologia adequada e sem temê-la?

“É muito importante que educadores trabalhem junto com as crianças, para que todos tenham uma vida digital saudável”, enfatiza Hatzigianni, que critica o grupo alemão de pesquisadores por ignorar a opinião das crianças.

“É bem irônico que queiram ensinar às crianças pensamento crítico e poder de análise, mas tiram delas a decisão sobre sua própria educação digital. Eles já convidaram as crianças para o debate?”, questiona.

(*Deutsche Welle*. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/12/computador-em-sala-de-aula-esta-emburrecendo-as-criancas.shtml>. 6.dez.2023)

De acordo com Ranganathan, há também muitos aspectos positivos no uso dessas tecnologias.

Assinale a alternativa em que a alteração do segmento sublinhado no período acima tenha sido feita de acordo com a norma culta.

- (A) não de existir também muitos aspectos positivos
- (B) não de haver também muitos aspectos positivos
- (C) podem haver também muitos aspectos positivos
- (D) deve existir também muitos aspectos positivos

3. (Instituto ACCESS - 2026)

O texto seguinte servirá de base para responder a questão a seguir.

O que primeiro registro de sauá albino na Mata Atlântica representa para o meio ambiente

Pesquisadores do projeto Primatas Perdidos registraram pela primeira vez um sauá albino no Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais, a maior área contínua de Mata Atlântica do estado. O achado, feito com drones equipados com câmeras termal e colorida durante um levantamento populacional, surpreendeu a equipe ao revelar um indivíduo completamente branco, algo tão improvável quanto encontrar uma agulha no palheiro. Casos de albinismo em primatas neotropicais são extremamente raros, e não havia registros anteriores para a família do sauá.

O registro ocorreu em área de floresta densa do parque, criado em 1944, que protege cerca de trinta e seis mil hectares e abriga centenas de espécies, entre elas cinco primatas, três ameaçados de extinção. O projeto Primatas Perdidos monitora essas populações. A tecnologia dos drones possibilita alcançar áreas inacessíveis a pé e reduzir o impacto sobre a fauna. O sauá albino foi visto integrado a dois indivíduos de coloração normal, algo incomum, já que animais albinos muitas vezes sofrem rejeição.

O aparecimento do animal é simbólico e preocupante. Para os pesquisadores, indica efeitos do isolamento populacional e da degradação ambiental no entorno do parque, uma ilha verde cercada por áreas deterioradas por expansão urbana, monocultura e atividades

INFORMÁTICA BÁSICA

1. (Instituto ACCESS - 2026)

A arquitetura de um microcomputador moderno depende da integração eficiente entre a unidade central de processamento e os módulos de memória de acesso aleatório e, considerando os fundamentos dessa infraestrutura, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A memória de leitura permite que o usuário realize a gravação frequente de arquivos de sistema através da utilização de tensões elétricas negativas de baixa frequência.
- (B) A placa-mãe utiliza o programa de ajuste inicial para gerenciar a velocidade de rotação dos ventiladores de resfriamento situados na parte externa do gabinete metálico.
- (C) Os processadores com arquitetura de conjunto de instruções complexas realizam a leitura física dos discos rígidos através da ativação do protocolo de rede local cabeada.
- (D) A memória de acesso aleatório dinâmica utiliza capacitores que necessitam de ciclos de atualização constantes para manter a integridade dos dados armazenados eletricamente.
- (E) O barramento de sistema transporta os sinais de vídeo em alta definição diretamente para os terminais de som estéreo sem a necessidade de processamento lógico interno.

2. (Instituto ACCESS - 2025)

Um cache ou uma (memória) cache é um bloco de memória para o armazenamento temporário de dados que possuem grande probabilidade de serem utilizados novamente. Ou, de modo mais simples: uma área de armazenamento temporária onde os dados frequentemente acessados são armazenados para acesso mais rápido. Em relação aos tipos de cache, marque verdadeiro (V) ou falso (F) nas afirmativas abaixo:

() Cache L2 contém muito mais memória que a cache L1. É mais um caminho para que a informação requisitada não tenha de ser procurada na lenta memória principal.

() Cache L1 ainda é um tipo de cache raro em função da complexidade dos processadores atuais, com suas áreas chegando a milhões de transistores por micrômetros ou picômetros de área.

() Cache L3 é uma pequena porção de memória estática presente dentro do processador. Em alguns tipos de processador, é dividida em dois níveis: dados e instruções.

Assinale a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) F, V, F.
- (B) F, F, V.
- (C) V, F, F.
- (D) V, V, F.
- (E) V, F, V.

3. (Instituto ACCESS - 2024)

Durante a execução de programas em um computador, o Sistema Operacional precisa de uma área de armazenamento temporário para armazenar dados e instruções que serão acessadas rapidamente pela CPU. Esse tipo de memória é volátil, ou seja, seus dados são apagados quando o computador é desligado, mas é essencial para o desempenho do sistema, pois permite que o processador acesse as informações de forma ágil e execute as operações com maior velocidade. Qual é o nome desse tipo de memória temporária, responsável por armazenar os dados dos processos em execução?

- (A) Disco Rígido (HD).
- (B) Memória Flash.
- (C) Memória RAM.
- (D) Cache L3.

4. (Instituto ACCESS - 2023)

No que diz respeito à utilização de tecnologias, SSD refere-se a um dos principais dispositivos de armazenamento de dados empregados nas atuais configurações de microcomputadores e notebooks. Considerando o desempenho e o custo, duas capacidades de armazenamento mais utilizadas nos SSD são

- (A) 1 e 10 TBytes.
- (B) 240 e 480 GBytes.
- (C) 128 e 256 MBytes.
- (D) 300 e 600 KBytes.



AMOSTRA

5. (Instituto ACCESS - 2024)

Os barramentos são conjuntos de vias (fios ou circuitos integrados) que transportam dados, energia e sinais de controle entre os diferentes componentes em um microcomputador. Sobre esse assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

(☐) O Barramento PCIe (Peripheral Component Interconnect Express) é amplamente utilizado em placas modernas, permitindo maior largura de banda para dispositivos de alto desempenho, como placas de vídeo.

(☐) O Barramento de Endereços carrega informações de endereçamento para localizar onde os dados devem ser enviados ou retirados.

(☐) O Barramento de Controle envia sinais de controle, como leituras/escritas e sincronização entre dispositivos.

A sequência está correta em

- (A) F, V, V.
- (B) V, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, V, V.

6. (Instituto ACCESS - 2023)

No que diz respeito à utilização de tecnologias, os microcomputadores e notebooks utilizam placas-mãe que integram diversos componentes de hardware, como placas de som, de rede e de vídeo. Do ponto de vista da tecnologia, esse tipo de placa-mãe é conhecido por

- (A) tagboard.
- (B) boxboard.
- (C) onboard.
- (D) offboard.

7. (Instituto ACCESS - 2023)

No que se refere aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, atualmente existe uma tendência para o uso de uma conexão-padrão nos dispositivos, para uso na integração de periféricos à configuração de notebooks e microcomputadores. Essa conexão, indicada na figura a seguir, é ilustrada pelos conectores do cabo empregado na integração de impressoras dos tipos laserjet e multifuncionais.



Essa conexão é conhecida pela sigla

- (A) RG-6.
- (B) RJ-45.
- (C) USB.
- (D) HDMI.

8. (Instituto ACCESS - 2024)

Os drivers de dispositivos são softwares essenciais para o funcionamento adequado do hardware em um sistema computacional. Sobre a obtenção e instalação de drivers, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

(☐) Os drivers de dispositivos são instalados automaticamente pelo sistema operacional, dispensando a necessidade de intervenção do usuário na busca e instalação manual.

(☐) Fabricantes de hardware, como Intel, NVIDIA e AMD, disponibilizam drivers atualizados em seus sites oficiais, garantindo a compatibilidade e o desempenho dos dispositivos.

(☐) A instalação de drivers incorretos ou desatualizados pode causar problemas de compatibilidade, instabilidade no sistema e mau funcionamento do hardware.

Assinale a alternativa cuja respectiva ordem de julgamento esteja correta:

- (A) V, V, V.
- (B) F, F, V.
- (C) V, F, F.
- (D) F, V, V.

9. (Instituto ACCESS - 2022)

Entre os dispositivos empregados na configuração dos microcomputadores e notebooks, uns são utilizados exclusivamente na entrada de dados para processamento e outros exclusivamente na saída dos dados processados.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, exemplos de cada uma dessas categorias.

- (A) Pendrive e mouse.
- (B) Mouse e teclado.
- (C) Teclado e plotter.
- (D) Plotter e scanner.
- (E) Scanner e pendrive.

LEGISLAÇÃO

1. (2026)

Nos termos do caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios da:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legitimidade, pessoalidade, economicidade, transparência e efetividade.
- (C) legalidade, hierarquia, autotutela, continuidade e especialidade.
- (D) publicidade, proporcionalidade, supremacia, motivação e segurança jurídica.
- (E) eficiência, livre iniciativa, autonomia, razoabilidade e subsidiariedade.

2. (2026)

Um secretário municipal determina a contratação de serviço sem previsão legal, justificando que a medida seria conveniente para a Administração. Considerando o princípio da legalidade previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida é válida quando não houver prejuízo financeiro.
- (B) A Administração somente pode agir quando autorizada pelo ordenamento jurídico.
- (C) A conveniência administrativa substitui a autorização legal.
- (D) A legalidade aplica-se somente aos atos vinculados.
- (E) O administrador pode fazer tudo o que a lei não proíba expressamente.

3. (2026)

Uma campanha institucional apresenta, em destaque, o nome e a fotografia do prefeito, atribuindo pessoalmente a ele a execução de determinada obra pública. Essa conduta contraria especialmente o artigo 37, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e o princípio da:

- (A) eficiência.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade.
- (E) especialidade.

4. (2026)

O princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, exige do agente público comportamento relacionado à:

- (A) liberdade absoluta de atuação.
- (B) defesa de interesses partidários.
- (C) prevalência de convicções pessoais.
- (D) honestidade, probidade, lealdade, decoro e boa-fé.
- (E) dispensa de formalidades administrativas.

5. (2026)

De acordo com o artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, o princípio da eficiência determina que a atividade administrativa seja exercida com:

- (A) discricionariedade ilimitada.
- (B) preferência política.
- (C) sigilo como regra geral.
- (D) centralização absoluta.
- (E) presteza, perfeição e rendimento funcional.

6. (2026)

Conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargo ou emprego público depende, em regra, de:

- (A) aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (B) indicação de autoridade política.
- (C) entrevista realizada pela chefia do órgão.
- (D) processo seletivo interno.
- (E) experiência mínima de cinco anos no serviço público.

AMOSTRA

7. (2026)

A exceção constitucional à exigência de concurso público, prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, alcança:

- (A) todo emprego existente em empresa pública.
- (B) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) cargo efetivo de baixa complexidade.
- (D) função técnica temporária.
- (E) qualquer função de confiança.

8. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o prazo de validade de concurso público será:

- (A) obrigatoriamente de quatro anos.
- (B) de um ano, sem prorrogação.
- (C) de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- (D) definido sem limite pelo edital.
- (E) de até cinco anos.

9. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, as funções de confiança:

- (A) podem ser ocupadas por qualquer pessoa.
- (B) destinam-se a atividades operacionais comuns.
- (C) garantem estabilidade ao designado.
- (D) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) dispensam previsão normativa.

10. (2026)

Os cargos em comissão e as funções de confiança, conforme o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, destinam-se exclusivamente às atribuições de:

- (A) ensino, pesquisa e extensão.
- (B) fiscalização e arrecadação.
- (C) execução material permanente.
- (D) representação judicial.
- (E) direção, chefia e assessoramento.

11. (2026)

O artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 garante ao servidor público civil o direito:

- (A) à livre associação sindical.
- (B) à acumulação irrestrita de cargos.
- (C) à estabilidade desde a posse.
- (D) à greve sem regulamentação.
- (E) à remuneração acima do teto constitucional.

12. (2026)

A contratação por tempo determinado, prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, deve atender:

- (A) atividade permanente da Administração.
- (B) necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos previstos em lei.
- (C) conveniência pessoal da autoridade responsável.
- (D) substituição definitiva dos concursos públicos.
- (E) qualquer necessidade administrativa, ainda que ordinária.

13. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por:

- (A) portaria.
- (B) decreto.
- (C) lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
- (D) resolução administrativa.
- (E) acordo coletivo.

14. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, a acumulação remunerada de cargos públicos:

- (A) é sempre permitida.
- (B) depende apenas da vontade do servidor.
- (C) é admitida para quaisquer dois cargos efetivos.
- (D) é, em regra, vedada, ressalvadas as hipóteses constitucionais e a compatibilidade de horários.
- (E) é permitida quando os cargos pertencem a Municípios diferentes.

15. (2026)

Constitui hipótese constitucional de acumulação remunerada, desde que haja compatibilidade de horários, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988:

- (A) três cargos de professor.
- (B) dois cargos administrativos.
- (C) dois cargos em comissão.
- (D) dois cargos técnicos não regulamentados.
- (E) dois cargos de professor.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA

1. (Instituto ACCESS - 2026)

A educação ocupa posição central na organização social brasileira, sendo objeto de normatização constitucional e de políticas públicas voltadas à formação cidadã e à redução das desigualdades. O ordenamento jurídico estabelece princípios e responsabilidades que orientam a atuação do poder público e delimitam os sujeitos envolvidos na garantia desse direito. Em avaliações, é recorrente a cobrança do **correto** enquadramento constitucional da educação no Brasil. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação restringe-se ao ensino superior.
- (B) A educação é responsabilidade exclusiva da família.
- (C) A educação é direito de todos e dever do Estado.
- (D) A educação é serviço facultativo do poder público.

2. (Instituto ACCESS - 2026)

Nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, estão previstos os fundamentos e princípios da educação nacional.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

PORQUE

II. O art. 206 da Constituição Federal de 1988 prevê princípios como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e valorização dos profissionais da educação, que são instrumentos para a concretização dos fins definidos no art. 205.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

3. (Instituto ACCESS - 2026)

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que orientam a organização e a oferta do ensino no Brasil.

Com base nesses princípios constitucionais, julgue os itens a seguir:

I. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e privada, nos termos de lei federal.

II. Garantia do direito à educação e à aprendizagem durante a permanência do estudante na educação básica.

III. Garantia de padrão de qualidade.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

4. (Instituto ACCESS - 2025)

O artigo 213 da Constituição Federal de 1988 estabelece as condições para que recursos públicos sejam destinados a escolas privadas. No contexto do ensino superior, este dispositivo constitucional fundamenta especificamente qual programa governamental?

- (A) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).
- (B) Sistema de Seleção Unificada (SiSU).
- (C) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- (D) Programa Universidade para Todos (ProUni).
- (E) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

AMOSTRA

5. (Instituto ACCESS - 2025)

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consagrado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, fundamenta-se teoricamente na concepção de universidade proposta por Wilhelm von Humboldt. Assinale a alternativa que caracteriza a operacionalização prática deste princípio no cotidiano universitário.

- (A) Alternância temporal das três funções ao longo do ano letivo, dedicando períodos específicos para cada uma das dimensões universitárias.
- (B) Integração orgânica das três dimensões no projeto formativo, onde a produção do conhecimento (pesquisa) retroalimenta o processo educativo (ensino) e dialoga com a sociedade (extensão).
- (C) Separação administrativa das três funções em pró-reitorias distintas para garantir a especialização e eficiência de cada área.
- (D) Subordinação das atividades de ensino e extensão aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos grupos acadêmicos da instituição.
- (E) Obrigatoriedade de todo docente universitário atuar simultaneamente nas três dimensões com igual carga horária dedicada a cada atividade.

6. (Instituto ACCESS - 2025)

De acordo com o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- (A) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (B) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (C) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.
- (D) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.

7. (Instituto ACCESS - 2025)

Considerando os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais que orientam o direito à educação da criança na legislação brasileira, especialmente no que se refere à proteção integral, à prioridade absoluta e ao papel da escola na garantia de direitos, assinale a alternativa que expressa uma interpretação juridicamente fundamentada e pedagogicamente coerente com os marcos legais vigentes.

- (A) A legislação educacional brasileira, ao reconhecer o direito à educação como dever compartilhado entre família e Estado, condiciona sua efetividade à capacidade administrativa dos entes federados, sem estabelecer exigibilidade jurídica plena na oferta da Educação Infantil.
- (B) A garantia do direito à educação da criança deve ser interpretada em consonância com os parâmetros de eficiência da gestão pública, sendo admissível a reorganização do tempo-espço escolar em função das metas de desempenho do sistema educacional.
- (C) O princípio da proteção integral, previsto na Constituição Federal e reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, impõe ao Estado e à sociedade o dever de assegurar à criança uma educação voltada ao desenvolvimento pleno, considerando-a como prioridade absoluta na formulação de políticas públicas.
- (D) A Constituição Federal estabelece o direito à educação como cláusula programática, cuja efetivação deve considerar a autonomia das unidades escolares e os limites orçamentários do município, especialmente na faixa etária de zero a cinco anos.

8. (Instituto ACCESS - 2022)

A Constituição Federal não apenas declara a educação como um direito social (Art. 6º), como define, em seu Art. 208, itens que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro, entre eles

- (A) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em estabelecimentos especializados.
- (C) educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos dezoito anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

